



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI
CAMPUS UNIVERSITÁRIO MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - CCHL
COORDENAÇÃO DO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIA POLÍTICA
Av. Universitária, S/N, Bairro Ininga. CEP: 64049-550 – Teresina-PI – Brasil
Telefone: (86) 3237-2080. E-mail: bach.politica@ufpi.edu.br



PLANO DE DISCIPLINA

1. IDENTIFICAÇÃO:

Disciplina: Optativa- Democracia e Participação

Docente: Profª Barbara Johas

Carga horária: 60 horas

Créditos: 4.0.0

Período **2022.2**

2. EMENTA: Relação entre democracia e participação. Democracia participativa e a democracia deliberativa. Democracia e Participação. Sociedade Civil, Movimentos Sociais e Espaço Público. “Os Movimentos sociais e a Construção democrática: Sociedade Civil, Espaços Públicos e Gestão Participativa

3. APRESENTAÇÃO:

4. OBJETIVOS: Analisar a relação entre os conceitos de democracia e participação no Brasil e compreender o papel desempenhado pelos atores sociais, em especial pelos movimentos sociais, nestas formas de interação procurando problematizar a importância do desenho institucional na produção dos canais de comunicação entre sociedade civil e estado nas democracias modernas.

5. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I: A definição dos conceitos: a relação supostamente auto-evidente entre Democracia e participação

leitura Obrigatória :MIGUEL, L.. MIGUEL, L. F. Teoria democrática atual: esboço de mapeamento. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, n. 59, São Paulo,p. 5-42, 2005. 26/02:

Nobre. M. Participação e deliberação na teoria democrática: uma introdução. In. Nobre. M; Coelho. V. Participação e Deliberação: Teoria Democrática e Experiências Institucionais no Brasil Contemporâneo.

MIGUEL, L. F. Resgatar a participação: democracia participativa e representação política no debate contemporâneo. Lua Nova, São Paulo, 100: 83-118, 2017.

Unidade II: Sociedade Civil e esfera pública no Brasil

leitura Obrigatória: COSTA, Sérgio. Contextos da construção do espaço público no Brasil. Novos Estudos, nº 47, março de 1997.

COSTA,SÉRGIO (1994) “Esfera pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil”,Novos Estudos CEBRAP, ano 38.

LAVALLE, Adrian Gurza. Crítica ao modelo da nova sociedade civil. Lua Nova, São Paulo, 47: 121-135, 1999

II.I.- Crítica a participação

Leitura Obrigatória: FARIA, Cláudia Feres. O que há de radical na teoria democrática contemporânea Análise do debate entre ativistas e deliberativos. RBCS, vol.25, nº 73, junho/2010.

LAVALLE, Adrian Gurza. Após a participação: nota introdutória. Lua Nova, São Paulo, 84: 13-23, 2011.

Unidade III: Olhar crítico sobre a relação estado/sociedade civil

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. Política & Sociedade. Nº 5 – outubro de 2004, pp.139 – 164.

_____. OLVERA A. J. PANFICHI A. Por uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In DAGNINO E. OLVERA A. J. PANFICHI A (org.). A disputa pela construção democrática na América Latina. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

Leitura Obrigatória: _____. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In MATO, Daniel (org.). Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas, FACES, Universidad Central de Venezuela, pp.95-110, 2004.

III.I- Teoria dos movimentos sociais

Leitura Obrigatória: ALONSO, Ângela. Repertório, segundo Charles Tilly: História de um conceito. Sociologia & Antropologia. v.02.03: 21-41, 2012.

ALONSO, Ângela. As Teorias dos movimentos sociais: um balanço do Debate. Lua Nova, 76,2009.

Tarrow. Sidney. O poder em Movimento: Movimentos Sociais e Confronto Político, Vozes (Introdução, Capítulo 1).

III.II- A teoria da insitucionalização da participação no Brasil

Leitura Obrigatória: AVRITZER, Leonardo. A qualidade da democracia e a questão da efetividade da participação: mapeando o debate In: PIRES, Roberto (org.) Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: Estratégias de Avaliação. Volume 7, Diálogos para o desenvolvimento, IPEA. Brasília, DF, 2011.

_____. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. Opinião Pública, vol.14, no.1, Campinas, jun./2008.

_____. Um desenho institucional para o novo associativismo. Lua Nova, São Paulo, vol. 1, nº 39, p. 149-174, 1997.

III.II- Novos Olhares sobre a teoria do confronto político

Leitura Obrigatória: LAVALLE, Adrian Gurza; CASTELLO, Graziela L. BICHIR, Renata M. Quando novos atores saem de cena: Continuidades e mudanças na centralidade dos movimentos sociais. *Política & Sociedade*, N^o5, outubro de 2004.

LAVALLE, Adrian Gurza. BULOW, M.V. Sociedade Civil e institucionalização da intermediação: Brokers diferentes, dilemas semelhantes. *Revista Política e Sociedade*, Florianópolis, vol. 13, n^o 28.

LAVALLE, Adrian Gurza. HOUTZAGER, Peter P. CASTELLO, Graziela L. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. *Lua Nova*, São Paulo, 67: 49-103, 2006.

Unidade IV- Novas interpretações sobre a relação estado, sociedade civil e movimentos sociais

Leitura Obrigatória: Lavalle, Adrian; Carlos. Euzeneia; Dowbor Monika; Szwako, José. Movimentos sociais, institucionalização e domínio de agenda. *Centro de Estudos da Metrópole (CEM)*. 2016 11/06

Abers, Rebecca Neaera; Silva, Marcelo Kunrath; Tatagiba, Luciana. MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: REPENSANDO ATORES E OPORTUNIDADES POLÍTICAS, *Lua Nova* no.105 São Paulo set./dez. 2018

Carlos. Euzeneia. Movimentos Sociais e Permeabilidade Estatal na construção de encaixes institucionais. *Anpocs* 2017.

IV.I - Novas formas de participação no Brasil

LAVALLE, Adrian Gurza. HOUTZAGER, Peter P. CASTELLO, Graziela L. Representação política e organizações civis: novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade. *RBCS*, Vol. 21, n^o. 60, fevereiro/2006.

LAVALLE, Adrian Gurza. ISUNZA VERA, Ernesto. A trama da crítica democrática: da participação à representação e à accountability. *Lua Nova*, São Paulo, 84: 95-139, 2011.

Leitura Obrigatória LAVALLE, Adrian Gurza. SZWAKO, José. Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate. *Opinião Pública*, Campinas, vol.21, n^a 1, abril, 2015, p. 157-187.

IV. II. - As manifestações de Junho de 2013, novos temas e interpretações

ROMÃO, Wagner de Melo. As manifestações de Junho e os desafios à participação institucional. *Boletim de análise político-institucional*, IPEA, n^a 4, outubro 2013.

Leitura Obrigatória: ABERS, Rebecca N. KECK, Margaret E SERAFIM, Lizandra. TATAGIBA, Luciana. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol.57, n^a 2, 2014, pp.325 a 327

IV.II.I- Ciclos de protesto no Brasil

Leitura Obrigatória : TATAGIBA, Luciana. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. *Política & Sociedade – Florianópolis – Vol.13 – N^a 28 – Set./Dez. De 2014*, pp.35 – 62.

TATAGIBA, Luciana. Desafios da relação entre movimentos sociais e instituições políticas. O caso do movimento de moradia de São Paulo. *Primeiras reflexões*. *Colombia Internacional* 71, enero a junio de 2010: 63-83

IV.II.II- Relação entre movimentos sociais, representação política

DOWBOR, Monika. SZWAKO, José. Respeitável público... performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. *Novos Estudos*, 97, Novembro, 2013.

Leitura Obrigatória :POGREBINSCHI, Thamy. SANTOS, Fabiano. Participação como representação: o impacto das Conferências Nacionais de políticas públicas no Congresso Nacional. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol.54, n.3, 2011, pp.259-305.

6. METODOLOGIA DE ENSINO: Aulas presenciais e dialogadas e assíncronas, estudos dirigidos, desenvolvimento de atividades individuais e em grupo. As leituras serão orientadas, com discussão de seus conteúdos em sala virtual e fóruns de debates via página do SIGAA. As aulas também serão acompanhadas por indicação de vídeos, textos literários e documentários para subsidiar os debates.

7. SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: O aproveitamento acadêmico será realizado através de acompanhamento contínuo do desempenho do aluno e, especialmente, dos resultados obtidos em avaliações parciais e, se necessário, em exame final. Serão realizadas múltiplas avaliações visando contemplar uma série de habilidades a serem desenvolvidas nos discentes durante a realização do curso, quais sejam: compreensão sobre os processos políticos que envolveram a criação dos direitos humanos e seus marcos legais, capacidade analítica de refletir sobre diferentes problemas sociais de ordem mundial e como eles estão relacionadas á proteção e promoção dos direitos humanos. As três notas serão calculadas a partir do desempenho dos alunos nas atividades abaixo:

- 1- a primeira avaliação: consiste na produção de projeto de artigo que deverá conter: problema de pesquisa em forma de pergunta; metodologia a ser utilizada para responder a pergunta de pesquisa, referencial teórico que será mobilizado para analisar o tema/problema proposto, esta atividade terá valor de 0,0 a 4,0, esta atividade deverá ser entregue por e-mail: barbarajohas@ufpi.edu.br, no dia:
- 2- Entrega da primeira versão do artigo com: resumo; introdução e desenvolvimento preliminar da análise, esta atividade tem valor de 0,0 a 6,0 e deve ser entregue dia
- 3- a terceira e última avaliação consiste na entrega da versão final o artigo que deverá ser entregue até dia, esta atividade terá valor de 0,0 a 10,0.
- 4- a quarta nota consiste na apresentação de um texto de uma das unidades, a escolha do aluno, a atividade terá valor de 0,0 a 6,0. Além desta atividade teremos uma nota de 0,0 a 4,0 para participação.

Será considerado **APROVADO** o aluno que:

- Obter média aritmética (MA) das avaliações igual ou superior a 7,0 (sete) • aprovado por média;
- Exame final: Média Final = $(MA + EF)/2 \geq 6$ • aprovado por exame final.

Será considerado **REPROVADO** o aluno que:

- Obter frequência inferior a 75% da carga horária;
- Obter MA inferior a 4,0 (quatro);
- Obter MA inferior a 6,0 (seis), resultante da Média Final após o exame final.
- O aluno poderá requerer exame de segunda chamada por si ou por procurador legalmente constituído. O requerimento dirigido ao professor responsável pela disciplina, devidamente justificado e comprovado, deve ser protocolado à chefia do

Departamento/Curso a qual o componente curricular esteja vinculado no prazo de **03 (três) dias úteis**, contado este prazo a partir da data da avaliação não realizada.

- Consideram-se motivos que justificam a ausência do aluno às verificações parciais e/ou ao exame final: a) doença; b) doença ou óbito de familiares diretos; c) Audiência Judicial; d) Militares, policiais e outros profissionais em missão oficial; e) Participação em congressos, reuniões oficiais ou eventos culturais representando a Universidade, o Município ou Estado; f) Outros motivos que, apresentados, possam ser julgados procedentes (**Resolução 177/2012 - CEPEX**).

8. OUTRAS INFORMAÇÕES:

8.1 Regras adicionais para a avaliação da frequência/assiduidade:

- Extrapolar o limite de 25% da carga horária implica em reprovação. Não há exceção a esta regra.

8.2 Regras para elaboração de trabalhos acadêmicos:

- São vedadas práticas consideradas antiéticas dentro da academia: fraude, "cola", plágio, cópia, coautoria de trabalhos com os quais não colaborou efetivamente e outras formas de desonestidade acadêmica. Todas essas práticas serão consideradas delitos graves. Ao professor cabe atribuir a nota 0,0 (zero) quando for configurado qualquer uma dessas práticas, mesmo que seja um delito mínimo, como a cópia de apenas uma frase ou pequeno trecho de um autor sem citá-lo ou referenciá-lo, por exemplo.

- Todos os trabalhos referenciados devem ser devidamente citados e referenciados (formato ABNT).

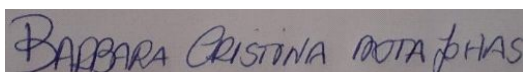
- Regras adicionais serão fornecidas pelo(a) professor(a).

9. BIBLIOGRAFIA: Indicada em cada unidade.

Bibliografia complementar: Indicada em cada unidade.

OBS: Ao longo do semestre letivo, poderão ser indicados outros textos previamente disponibilizados aos discentes.

Teresina, 22 de Novembro de 2022.



Prof. Barbara Johas
Professor(a) Ciência Política (UFPI)

Prof. Dr. Vítor Eduardo Veras de Sandes
Freitas
*Coordenador do Curso de Bacharelado
em Ciência Política/UFPI*